

CONTABILIDADE GERAL

Prof. Claudio Zorzo

Escrituração contábil

A escrituração consiste no registro dos **fatos contábeis** feitos nos **livros contábeis** respeitando o método de **partidas dobradas** por meio dos **lançamentos contábeis**.

A escrituração envolve:

- Fatos contábeis
- Livros contábeis
- Mecanismo de partidas dobradas
- Lançamentos contábeis

As técnicas são
escrituração,
demonstrações,
auditoria e análise.

A escrituração contábil é a primeira das técnicas contábeis; é a partir da escrituração que se desenvolvem as demais técnicas de elaboração das demonstrações, análise das demonstrações e auditoria.

É por meio destas técnicas que a contabilidade exerce sua finalidade de controlar e de fornecer informações sobre o patrimônio da azienda.

A escrituração representa como a empresa irá registrar os **fatos contábeis** que de alguma forma alteraram a sua situação patrimonial, qualitativa ou quantitativamente.

Ato contábil não é escriturado; é controlado por meio de contas de controle (contas extrapatrimoniais).

Fatos contábeis (ou fatos administrativos) são operações administrativas que alteram qualitativa ou quantitativamente a composição do Patrimônio, alterando ou não a riqueza da empresa.

São todos os fenômenos patrimoniais/eventos/transações que ocorrem e são passíveis de identificação das contas e de mensuração (determinar um valor monetário).

Exemplo de fatos contábeis:

- ✓ Compra de bens
- ✓ Venda de bens
- ✓ Pagamentos de dívidas
- ✓ Recebimentos de créditos
- ✓ Registro da depreciação
- ✓ Doação recebida e concedida
- ✓ Entrada de novo sócio
- ✓ Aplicação financeira

Ocorre o
fato

Lançamento
no livro
DIÁRIO

Identifica as
contas

Controla os
saldos no
livro RAZÃO



O nível de detalhamento da escrituração contábil deve estar alinhado às necessidades de informação de seus usuários.

Nesse sentido, o CFC não estabelece o nível de detalhe ou mesmo sugere um plano de contas a ser observado.

O detalhamento dos registros contábeis é diretamente proporcional à complexidade das operações da entidade e dos requisitos de informação a ela aplicáveis e, exceto nos casos em que uma autoridade reguladora assim o requeira, não devem necessariamente observar um padrão pré-definido.

Ato contábil (ato administrativo) é uma tomada de decisão ou uma atividade cujo resultado não impacta na composição do patrimônio, assim, inicialmente não será registrado pela contabilidade.

Normalmente os atos são potenciais alterações futuras do patrimônio da empresa, por isto são controlados extra contabilmente, por meio de contas de controle.

São exemplos de atos administrativos:

- Contratação de pessoal
- Apuração da folha de pagamento
- Registro de atas de reunião
- Elaboração de contratos
- Registro de garantias como aval, fiança ou hipoteca

A Lei 6.404/76 (lei das S/As) trata sobre a escrituração em seu artigo 177 da seguinte maneira:

“A escrituração da companhia será mantida em **registros permanentes**, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos **princípios de contabilidade geralmente aceitos**, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o **regime de competência**”.

ATENÇÃO

As demonstrações contábeis e, por consequência, a escrituração das empresas de capital aberto, que atuam sob o controle da CVM deverão ser auditadas por auditores independentes.

A legislação destaca que os fatos devem ser embasados na **documentação contábil**.

Documentação contábil é aquela que comprova os fatos que originam lançamentos na escrituração da entidade e compreende todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, de **origem interna ou externa**, que apoiam ou componham a escrituração.

Não precisa ser um contador, pode ser um técnico contábil. Exceto mercado de capital.

Os documentos em papel podem ser digitalizados e armazenados em meio magnético, desde que assinados pelo responsável pela entidade e pelo **profissional da contabilidade**, devendo ser submetidos ao registro público competente.

A legislação Brasileira é bem ampla no tocante a escrituração, pois, existem determinações próprias para cada segmento social, por leis e normas específicas.

A escrituração contábil está contida como exigência expressa em diversas legislações vigentes, como se evidencia a seguir:

Contabilmente a escrituração é prevista ITG – Interpretação Técnica Geral – 2000 R1 de 2014.

Esta Interpretação Técnica estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo (manual, mecanizado ou digital), bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis, e a responsabilidade do profissional da contabilidade.

Segundo o CFC, resolução 1330 de 2011, a escrituração contábil deve ser adotada por todas as entidades, independente da natureza e do porte, observadas as exigências **da legislação** e de outras normas aplicáveis, se houver.

A obrigatoriedade da escrituração contábil respalda-se, inicialmente, no **Código Comercial Brasileiro** de 25 de junho de 1850, que, entre outros aspectos, estabelece:

“todos os comerciantes são obrigados a seguir uma ordem uniforme de escrituração e a ter os livros necessários para esse fim, além de encerrar anualmente um balanço patrimonial” (art. 10)

A lei 6.404-76 no parágrafo segundo do art. 177 trata dos livros:

§ 2º A companhia observará exclusivamente em livros ou registros auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil e das demonstrações reguladas nesta Lei, as disposições da lei tributária, ou de legislação especial sobre a atividade que constitui seu objeto, que prescrevam, conduzam ou incentivem a utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes ou determinem registros, lançamentos ou ajustes ou a elaboração de outras demonstrações financeiras. (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

O Código Civil Brasileiro a partir do artigo 1.179, versa sobre a obrigatoriedade da escrituração contábil, para o empresário e para a sociedade empresária:

“O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico”.

O Regulamento do Imposto de Renda, estabelece que, além das pessoas jurídicas, devem possuir contabilidade as pessoas físicas consideradas empresas individuais e além de outras exigências são obrigadas manter escrituração contábil completa em livros registrados e autenticados por órgão da Secretaria da Receita Federal.

Portanto, de acordo com a legislação vigente, a manutenção da escrituração contábil regular é obrigatória a toda entidade, independentemente do tipo de tributação.

Considera-se exceção a tal regra apenas o micro empreendedor individual – MEI.

Questões de provas

Em relação aos atos e fatos administrativos, julgue o próximo item.

1. (CESPE/EBSERH/Técnico contábil/2018) Os atos administrativos relevantes, como é o caso de fianças para terceiros, podem, futuramente, modificar o patrimônio da entidade.

Em relação aos atos e fatos administrativos, julgue o próximo item.

2. (CESPE/EBSERH/Técnico contábil/2018) Assinaturas de contratos de compra e venda com fornecedores e compra de mercadorias a prazo são exemplos de fatos administrativos e que, portanto, devem ser contabilizados.

A respeito das noções básicas de contabilidade, julgue o item.

3. (QUADRIX/CRF-ES/Contador/2019) O oferecimento de um prêmio para o vencedor de um concurso de obras de arte é um exemplo de ato administrativo.

A Lei n.º 6.404/1976 é o marco regulatório da contabilidade societária no País, dispondo, entre outras coisas, sobre exercício social, demonstrações financeiras, critérios de avaliação dos elementos do ativo e do passivo e classificação de contas. Considerando as disposições dessa Lei, julgue o item.

4. (QUADRIX/CRA-PR/Assistente contábil/2022) A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e da Lei n.º 6.404/1976 e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo-se observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

Uma empresa com fins lucrativos prestadora de serviços ao governo do estado do Ceará contratou, no dia 1.º do último mês findo, um novo funcionário de relações públicas, com salário de R\$ 10.000, mais encargos legais, a ser pago no 5.º dia útil após o mês de prestação dos serviços.

Com relação à situação hipotética anterior, julgue o item seguinte.

5. (CESPE/SEFAZ-CE/AFRE/2021) A contratação do novo funcionário é um ato administrativo que impacta positivamente o patrimônio líquido da entidade contratante.

6. (IDECAN/INMETRO/Assistente de contabilidade/2016) Ao assumir a contabilidade de uma importante empresa, o contador, num primeiro momento, passou a análise de contratos de admissão de pessoal, a assinatura de contrato de seguro contra incêndio e o envio de duplicatas ao banco para desconto. Considerando que tais operações não afetam o patrimônio líquido da empresa, mas implicam no seu funcionamento, elas deverão ser classificadas como

- a) fatos contábeis.
- b) dados gerenciais.
- c) atos administrativos.
- d) informações auxiliares.
- e) despesas operacionais.

Considere os eventos a seguir.

- Solicitação de orçamento para possível compra futura.
- Admissão de empregado.
- Venda a prazo de mercadorias.
- Pagamento de seguros para cobertura dos ativos.
- Apropriação dos salários do mês.
- Recebimento de adiantamento de clientes para entrega futura.

7. (UFPA/UFPA/Técnico contábil/2017) É CORRETO afirmar que nos eventos acima descritos existem

- a) 03 atos administrativos e 03 fatos contábeis.
- b) 02 atos administrativos e 04 fatos contábeis.
- c) 04 atos administrativos e 02 fatos contábeis.
- d) 01 ato administrativo e 05 fatos contábeis.
- e) 06 fatos contábeis.

8. (IBFC/MGS/Técnico contábil/2017) Com base na Lei 6.404/76, assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

“Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na _____ da companhia, demonstrações financeiras que deverão exprimir, com clareza, a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício”.

- a) escrituração mercantil
- b) escrituração financeira
- c) escrituração econômica
- d) escrituração anual

9. (IBFC/SÃO GONÇALO DO AMARANTE-RN/Contador/2021) Em relação a Escrituração Contábil, analise as afirmativas abaixo:

- I. Deve ser realizada com observância aos Princípios de Contabilidade;
- II. São de atribuição e de responsabilidade exclusivas do profissional da contabilidade legalmente habilitado;
- III. Retificação de lançamento deve ser feito sempre por estorno do lançamento original com erro;

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a afirmativa II está correta
- B) Apenas a afirmativa I está correta
- C) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- D) As afirmativas I, II e III estão corretos

10. (MS CONCURSOS/SÃO FRANCISCO-RO/Contador/2021) No tocante ao regramento de escrituração, estabelecido na Lei nº 6.404/76 e alterações, assinale a alternativa correta.

A) A escrituração da companhia será mantida em registros provisórios, com obediência aos preceitos da legislação comercial e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos, ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de caixa.

B) As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e serão, obrigatoriamente, submetidas à auditoria por auditores independentes, nela registrados.

C) As demonstrações financeiras serão assinadas pelos diretores financeiros e por técnicos contábeis legalmente habilitados.

D) A companhia observará alternativamente em livros, ou registros principais, podendo optar por qualquer modificação da escrituração mercantil e das demonstrações reguladas na Lei das S.A's, às disposições da lei tributária, ou de legislação especial sobre a atividade que constitui seu objeto, que prescrevam, conduzam, ou incentivem a utilização de métodos, ou critérios contábeis diferentes, ou determinem registros, lançamentos, ajustes, ou a elaboração de outras demonstrações financeiras.

Gabarito:

1 C, 2 E, 3 C, 4 C, 5 E, 6 C, 7 B, 8 A, 9 C, 10 B.